

Inclusão e Qualidade na Educação Especial para Jovens e Adultos

Rosiomar Lobato Pinheiro Rodrigues

Professora vinculada à Secretaria de Estado e de Educação (SEDUC-PA)

Maria Barbara da Costa Cardoso

Doutorado em Educação (UFPA)

Resumo

A educação especial para jovens e adultos deve ser compreendida como uma resposta educacional abrangente, que envolve não apenas a adaptação de conteúdos e metodologias, mas também a criação de ambientes de aprendizagem acolhedores e acessíveis. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias necessárias para garantir uma educação especial de qualidade para jovens e adultos, destacando a relevância da inclusão educacional e da criação de ambientes de aprendizagem adaptados e acolhedores. Busca-se, ainda, discutir as políticas públicas vigentes e propor metodologias que atendam às necessidades específicas desse público, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida social e profissional. Desta forma, pretende-se evidenciar como a formação contínua de educadores e o investimento em recursos materiais e humanos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. É necessário um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, sociedade civil e famílias para transformar a educação especial em uma realidade inclusiva e efetiva. Somente através de um compromisso articulado e integrado poderemos garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas singularidades e potencialize suas capacidades.

Palavras-chave: Educação Especial. Políticas e Ações. Resultados.

Recebido em: maio. 2025. Aceito em: setembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.706

Estudos do Cotidiano: a ciência do hoje

Outubro, 2025, v. 3, n. 31

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Inclusion and Quality in Special Education for Youth and Adults

Abstract

Special education for young people and adults should be understood as a comprehensive educational response, which involves not only the adaptation of content and methodologies, but also the creation of welcoming and accessible learning environments. This article aims to analyze the challenges and strategies necessary to ensure quality special education for young people and adults, highlighting the relevance of educational inclusion and the creation of adapted and welcoming learning environments. It also seeks to discuss current public policies and propose methodologies that meet the specific needs of this public, promoting equal opportunities and the development of essential skills for social and professional life. In this way, it is intended to highlight how the continuous training of educators and the investment in material and human resources can contribute to the construction of a more inclusive and equitable society. A joint effort by governments, educational institutions, civil society, and families is needed to transform special education into an inclusive and effective reality. Only through an articulated and integrated commitment can we ensure that all individuals have access to quality education that respects their uniqueness and enhances their capabilities.

Keywords: Special Education. Policies and Actions. Findings.

Inclusión y calidad en la educación especial para jóvenes y adultos

Resumen

Special education for young people and adults should be understood as a comprehensive educational response, which involves not only the adaptation of content and methodologies, but also the creation of welcoming and accessible learning environments. This article aims to analyze the challenges and strategies necessary to ensure quality special education for young people and adults, highlighting the relevance of educational inclusion and the creation of adapted and welcoming learning environments. It also seeks to discuss current public policies and propose methodologies that meet the specific needs of this public, promoting equal opportunities and the development of essential skills for social and professional life. In this way, it is intended to highlight how the continuous training of educators and the investment in material and human resources can contribute to the construction of a more inclusive and equitable society. A joint effort by governments, educational institutions, civil society, and families is needed to transform special education into an inclusive and effective reality. Only through an articulated and integrated commitment can we ensure that all individuals have access to quality education that respects their uniqueness and enhances their capabilities.

Keywords: Special Education. Policies and Actions. Findings.

INTRODUÇÃO

A educação especial voltada para jovens e adultos configura-se como um pilar essencial na construção de uma sociedade inclusiva e justa, comprometida com os direitos humanos e a igualdade de oportunidades. O autor Di Pierro (2017) ressalta que esse campo educativo busca assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou múltiplas, tenham acesso a um processo de ensino-aprendizagem que respeite suas singularidades e promova seu desenvolvimento pleno.

Embora o debate sobre inclusão educacional tenha avançado consideravelmente nas últimas décadas, desafios complexos ainda persistem, tanto na implementação de práticas pedagógicas inclusivas quanto na superação de barreiras culturais e institucionais que dificultam o acesso de jovens e adultos com deficiência à educação de qualidade.

A educação especial para jovens e adultos deve ser compreendida como uma resposta educacional abrangente, que envolve não apenas a adaptação de conteúdos e metodologias, mas também a criação de ambientes de aprendizagem acolhedores e acessíveis. (Haddad, 2017)

É necessário reconhecer que esse público apresenta necessidades diversas, em muitos casos relacionadas ao acúmulo de experiências de exclusão e à falta de estímulos educativos adequados ao longo de sua trajetória escolar. Julião (2019) diz que, o desafio, portanto, não se resume apenas à presença física nas instituições de ensino, mas também à efetiva participação e ao desenvolvimento de habilidades que permitam a esses indivíduos exercerem seus direitos e contribuírem ativamente para a sociedade.

Segundo Arroyo, (2017), ainda que a legislação brasileira e internacional reconheça a importância da inclusão educacional, a realidade frequentemente revela um abismo entre as normas e a prática. Muitas escolas e centros de ensino para jovens e adultos ainda carecem de infraestrutura adequada, recursos humanos capacitados e materiais didáticos adaptados, o que limita as possibilidades de uma educação significativa.

Além disso, Haddad (2017) destaca que, a formação de educadores para lidar com as demandas específicas de estudantes com deficiência ainda é um grande desafio, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de uma conscientização coletiva sobre a importância da inclusão.

Portanto, a educação especial para jovens e adultos deve ir além do cumprimento de leis e normas, devendo ser vista como um compromisso social e ético de promover o desenvolvimento integral desses sujeitos. Para Beyer (2006) a compreensão da educação como direito fundamental implica na valorização de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, a criatividade, a criticidade e a inserção produtiva na vida comunitária e no mercado de trabalho. A educação especial, assim, precisa articular-se com outras áreas da vida, como saúde, assistência social e cultura, para garantir que os direitos educacionais desses indivíduos sejam efetivamente respeitados.

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias necessárias para garantir uma educação especial de qualidade para jovens e adultos, destacando a relevância da inclusão educacional e da criação de ambientes de aprendizagem adaptados e acolhedores.

Busca-se, ainda, discutir as políticas públicas vigentes e propor metodologias que atendam às necessidades específicas desse público, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida social e profissional. Desta forma, pretende-se evidenciar como a formação contínua de educadores e o investimento em recursos materiais e humanos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA JOVENS E ADULTOS: PANORAMA ATUAL

A educação especial para jovens e adultos no Brasil enfrenta uma série de desafios complexos que dificultam o acesso e a inclusão efetiva desses indivíduos no sistema educacional. Primeiramente, é importante destacar que jovens e adultos com deficiência enfrentam barreiras significativas, que vão desde a falta de infraestrutura adequada até a escassez de materiais didáticos adaptados. Essas barreiras estruturais criam um ambiente pouco acolhedor e desfavorável para o aprendizado, dificultando a participação plena desses estudantes. Di Pierro (2017) afirma que muitas instituições de ensino ainda não possuem as adaptações físicas necessárias, como rampas de acesso e banheiros adaptados, nem recursos pedagógicos apropriados, como livros em braille ou softwares de leitura para deficientes visuais.

Além disso, no que diz respeito à legislação e às políticas públicas voltadas para a educação especial, é preciso reconhecer que, apesar de avanços nos últimos anos, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas.

Segundo Beyer (2006) a legislação muitas vezes não é implementada de forma eficaz, resultando em desigualdades no acesso à educação. Enquanto algumas regiões podem contar com políticas mais estruturadas e recursos adequados, outras regiões, especialmente as mais afastadas dos grandes centros urbanos, frequentemente sofrem com a falta de investimento e atenção governamental. Isso acentua as desigualdades educacionais e contribui para a perpetuação de um ciclo de exclusão e marginalização.

Em termos de análise das principais lacunas e desigualdades no sistema educacional, observa-se que frequentemente as abordagens educacionais não levam em consideração as diversas formas de deficiência e as adaptações necessárias para garantir um aprendizado verdadeiramente inclusivo. (Di Pierro, 2017)

Para Arroyo, (2017), há uma necessidade urgente de um treinamento mais robusto e contínuo para os educadores, pois a formação inadequada resulta na aplicação ineficaz de estratégias de ensino que deveriam ser inclusivas e respeitar a diversidade dos alunos. Muitos educadores se sentem despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, o que pode levar a práticas de ensino que não promovem a inclusão.

Os desafios estruturais são apenas uma parte do complexo cenário da implementação da educação inclusiva. As dificuldades pedagógicas desempenham um papel igualmente crucial. A formação de educadores, muitas vezes insuficiente, reflete-se nas metodologias empregadas e na capacidade de atender às necessidades de todos os alunos. É fundamental investir em programas de formação continuada que capacitem os educadores a desenvolver e aplicar estratégias pedagógicas que considerem as especificidades de cada aluno, promovendo um ensino mais personalizado e eficaz.

As barreiras culturais e sociais, como o preconceito e a estigmatização, constituem obstáculos significativos à inclusão, para o autor Di Pierro (2017) esses fatores criam um ambiente escolar hostil, que prejudica não só o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social dos estudantes com deficiência. Combater essas barreiras exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, incluindo a promoção de campanhas de conscientização e sensibilização que incentivem a empatia, o respeito e a valorização da diversidade.

Para avançar na implementação da educação inclusiva, é essencial adotar uma abordagem integrada que aborde tanto as questões estruturais quanto as pedagógicas e culturais. Isso inclui garantir que as escolas sejam fisicamente acessíveis, que os

materiais pedagógicos sejam adequados e que os educadores estejam bem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. (Beyer, 2006)

Além disso, é necessário promover um ambiente escolar que valorize a diversidade, encorajando a participação ativa de todos os alunos e criando uma cultura de inclusão que vá além das barreiras físicas e pedagógicas. Somente assim será possível construir um sistema educacional que atenda verdadeiramente a todos, respeitando e valorizando as singularidades de cada indivíduo.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA UM ENSINO TRANSFORMADOR

As práticas pedagógicas e metodologias inclusivas desempenham um papel vital na criação de ambientes educacionais que acolhem e valorizam a diversidade dos alunos. Segundo Beyer (2006), para promover uma educação inclusiva, é necessário adotar estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem significativa, permitindo que os alunos conectem seus conhecimentos prévios a novos conceitos de forma relevante e contextualizada. Isso envolve a utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso e resolução de problemas, que incentivam a participação ativa dos estudantes e a aplicação prática do conhecimento adquirido.

A personalização do ensino é um aspecto crucial nesse processo, pois reconhece que cada aluno tem seu próprio ritmo e estilo de aprendizagem. Di Pierro (2017) diz que ao adaptar as práticas pedagógicas às necessidades individuais, os educadores podem oferecer suporte mais eficaz e garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de sucesso.

Ferramentas digitais e plataformas de aprendizado personalizadas são recursos valiosos nesse contexto, permitindo que os professores ajustem conteúdos e atividades de acordo com o perfil de cada estudante. (Julião, 2019)

Para Gomes (2023), a avaliação contínua também é um componente essencial das metodologias inclusivas. Em vez de se basear apenas em provas e exames finais, a avaliação contínua envolve o monitoramento regular do progresso dos alunos por meio de feedbacks frequentes e diversas formas de avaliação, como autoavaliações, portfólios e projetos. Isso não apenas ajuda a identificar áreas que precisam de atenção, mas também motiva os alunos a se envolverem ativamente em seu próprio processo de aprendizagem.

Exemplos de práticas pedagógicas bem-sucedidas em diferentes contextos incluem a implementação de salas de aula invertidas, onde os alunos têm acesso aos conteúdos teóricos em casa, por meio de vídeos e materiais online, e utilizam o tempo de aula para atividades práticas e colaborativas. Gomes (2023) destaca que essa abordagem tem sido eficaz para aumentar o engajamento dos alunos e promover a aprendizagem ativa. Julião (2019) ressalta que, outro exemplo é o uso de tecnologias assistivas, como softwares de leitura de texto para alunos com dificuldades visuais ou dislexia, que permitem o acesso ao currículo de forma mais acessível e inclusiva.

No que diz respeito à formação e capacitação de educadores, é fundamental que haja um investimento contínuo na qualificação dos profissionais que atuam na educação especial. O autor Arroyo, (2017) ressalta que a formação contínua é essencial para que os educadores se mantenham atualizados sobre as melhores práticas e novas pesquisas na área. Isso pode ser alcançado por meio de cursos de especialização, workshops, seminários e programas de desenvolvimento profissional que abordem temas como desenho universal para a aprendizagem, estratégias de diferenciação e gestão de sala de aula inclusiva.

Além disso, o autor Beyer (2006) diz que é importante que as instituições educacionais promovam a criação de comunidades de prática, onde os educadores possam compartilhar suas experiências, desafios e soluções. Esses espaços de colaboração e troca de conhecimento são valiosos para o desenvolvimento profissional e para a melhoria contínua das práticas pedagógicas.

Segundo Haddad (2017) a realização de conferências e encontros educacionais que discutam tendências e inovações na educação inclusiva também pode contribuir significativamente para a capacitação dos educadores.

Para o autor Di Pierro (2017) a implementação de práticas pedagógicas e metodologias inclusivas, aliada à formação contínua de educadores, são elementos fundamentais para a construção de um sistema educacional que respeite e valorize a diversidade, assegurando uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos.

Através de uma abordagem integrada, que considera as necessidades individuais dos estudantes e capacita os educadores a atenderem a essas necessidades, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz

POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

A análise das políticas públicas atuais voltadas para a educação inclusiva revela um panorama que, embora apresente avanços significativos, ainda enfrenta desafios substanciais em sua implementação e eficácia (Beyer ,2006) Nos últimos anos, muitos países têm buscado desenvolver legislações e diretrizes que garantam o direito à educação para todos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais.

No entanto, Arroyo, (2017) ressalta que a realidade nas escolas muitas vezes contrasta com as intenções expressas nas políticas. A falta de formação adequada para educadores, a escassez de recursos financeiros e a necessidade urgente de adaptações curriculares que atendam às diversas necessidades dos alunos são alguns dos obstáculos que dificultam a plena inclusão.

Para que as políticas públicas sejam realmente eficazes, é fundamental que haja um planejamento integrado que considere as especificidades de cada contexto escolar. Isso envolve a necessidade de um diagnóstico preciso das condições das instituições de ensino e das necessidades dos alunos, permitindo que os recursos sejam alocados de maneira mais estratégica e eficiente. (Di Pierro, 2017)

A criação de programas que incentivem a formação contínua de professores com foco em práticas inclusivas é uma proposta essencial, assim como a definição de diretrizes claras para a adaptação dos currículos. (Julião (2019)

Gomes (2023) diz que o fortalecimento da infraestrutura escolar é crucial, garantindo que todas as instituições estejam equipadas para receber alunos com deficiências e que ofereçam recursos pedagógicos adequados, como materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas.

Sugestões para melhorias nas políticas públicas incluem a implementação de mecanismos de avaliação que não apenas considerem a aprendizagem dos alunos, mas também a eficácia das práticas inclusivas nas escolas. Beyer (2006) ressalta que isso implica um acompanhamento constante dos processos educacionais, permitindo que os educadores identifiquem e ajustem suas estratégias conforme necessário.

Haddad (2017) ressalta que a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais e alunos, na formulação e na avaliação das políticas é igualmente importante, pois garante que as vozes de todos os envolvidos sejam ouvidas e consideradas.

O papel do governo, da sociedade civil e da iniciativa privada na promoção da educação inclusiva é, portanto, de grande relevância e deve ser entendido como um esforço colaborativo. Para Arroyo, (2017) o governo tem a responsabilidade de liderar a

formulação de políticas robustas e garantir o financiamento adequado, enquanto a sociedade civil atua na fiscalização e na promoção de iniciativas que visem à inclusão. Organizações não governamentais e movimentos sociais podem desempenhar um papel fundamental na sensibilização da comunidade e na defesa dos direitos dos alunos com necessidades especiais.

A iniciativa privada, por sua vez, pode contribuir com inovações tecnológicas e recursos que complementem o trabalho das escolas, além de promover programas de responsabilidade social voltados para a educação inclusiva. (Gomes, 2023)

Para Haddad (2017) quando se analisa o impacto da educação especial na vida de jovens e adultos, os benefícios da inclusão educacional tornam-se evidentes e abrangentes. A inclusão não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico, mas também promove a autoestima e a autoconfiança dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

O autor Julião (2019) afirma que a vivência em ambientes inclusivos estimula habilidades sociais e emocionais que são essenciais para a vida pessoal e profissional, pois os jovens aprendem a interagir de forma mais empática e colaborativa, desenvolvendo competências que são cada vez mais valorizadas no mundo contemporâneo.

Para Beyer (2006) a educação inclusiva é um catalisador para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação à diversidade, preparando-os para atuar em uma sociedade plural. O acesso a uma educação de qualidade para todos não apenas transforma a vida dos indivíduos, mas também tem um impacto positivo na sociedade como um todo, promovendo a equidade e a justiça social. Uma sociedade que valoriza a inclusão educacional tende a ser mais coesa, menos desigual e mais aberta ao diálogo e à compreensão.

Portanto, é fundamental que todos os atores sociais se unam em prol de uma educação inclusiva, reconhecendo que essa responsabilidade é coletiva e exige comprometimento e ação coordenada.

Arroyo, (2017) destaca o fortalecimento das políticas públicas e a mobilização de recursos para a educação inclusiva não são apenas questões de justiça social, mas também uma estratégia inteligente para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, ao investir na educação inclusiva, estamos não apenas transformando vidas individuais, mas também construindo um futuro mais promissor e harmonioso para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial para jovens e adultos representa um campo essencial na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Este artigo destacou a importância de abordar as múltiplas dimensões que compõem a educação inclusiva, reconhecendo tanto os progressos realizados quanto os desafios persistentes.

Primeiro, é fundamental reconhecer os esforços legislativos e as políticas públicas que têm buscado promover a inclusão. No entanto, essas iniciativas frequentemente esbarram em barreiras estruturais significativas. A infraestrutura inadequada das instituições educacionais, juntamente com a escassez de materiais adaptados, limita o acesso e a qualidade do ensino oferecido a pessoas com deficiência. A superação desses obstáculos demanda investimentos robustos e contínuos, além de um planejamento estratégico que considere as especificidades de cada contexto educacional.

Além das questões estruturais, as dificuldades pedagógicas representam um grande desafio. A formação insuficiente de educadores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos é um ponto crítico que precisa ser abordado. É imperativo que os profissionais da educação recebam treinamento adequado e contínuo, capacitando-os a utilizar estratégias de ensino eficazes e adaptadas às necessidades individuais dos estudantes. Isso requer um compromisso institucional com o desenvolvimento profissional e a valorização dos educadores.

Não menos importante são as barreiras culturais e sociais que contribuem para a exclusão de jovens e adultos com deficiência. O preconceito e a estigmatização são desafios que devem ser enfrentados por meio de campanhas de conscientização e iniciativas que promovam o respeito e a valorização da diversidade. A mudança de mentalidade é um processo gradual, mas essencial para construir ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

Diante desse cenário, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, sociedade civil e famílias para transformar a educação especial em uma realidade inclusiva e efetiva. Somente através de um compromisso articulado e integrado poderemos garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas singularidades e potencialize suas capacidades.

Assim, ao promover uma educação inclusiva e equitativa, estamos não apenas cumprindo um dever ético e legal, mas também enriquecendo nossa sociedade com a

contribuição única de cada um de seus membros. A construção de um futuro mais justo e inclusivo depende de ações concretas e contínuas, que coloquem a valorização da diversidade humana no centro do processo educacional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017. 294p.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidade educacionais especiais. 2^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

Di PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, nº 56, out./dez. 2017

GOMES, M. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 17, 9 de maio de 2023.

HADDAD, S. Educação de pessoas Jovens e Adultas. **30^a REUNIÃO DA ANPEd**, 2017.

JULIÃO, E. F. A diversidade dos sujeitos da EJA. In: MEDEIROS, Cecília. Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Diversidade: saberes, sujeitos e práticas. Niterói, RJ, **CEAD/UFF**, 2019, p.157-170.